



## AUTORIZAÇÃO GERAL Nº 009/2025

**AUTGER Nº 009/2025**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1.326, de 16/12/2009, que institui o Licenciamento Ambiental no Município de Aramaré, com base no que determina e dispõe a Resolução CONAMA Nº 237/97, sobre o Licenciamento Ambiental e a Resolução CONSEMA Nº 372/2018, que trata do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, nos termos previstos pela Lei Municipal nº 1.396, de 26/05/2010, que trata da Política Municipal de Meio Ambiente; Lei Municipal nº 1.883, de 01/10/2013, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental Simplificado e Lei Municipal nº 2.025, de 12/12/2014, que dispõe sobre o Programa de Manejo Racional da Vegetação no Município, com base no **Processo Administrativo nº 1893/2025, Protocolo nº 1634/2025 e conforme Parecer Técnico nº 205/2025**, emitido pela equipe multidisciplinar da Gaia Sul Ambiental, **CNPJ 08.598.828/0001-03**, contratada pelo C. I. CENTRO SUL, no **Termo de Credenciamento nº 255/2023**, que presta serviços à Prefeitura Municipal de Aramaré, expede a presente **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL à:**

### I- EMPREENDEDOR:

**EMPREENDEDOR:** Prefeitura Municipal de Aramaré  
**CNPJ/ MF:** 90.152.950/0001-24  
**ENDEREÇO:** Rua Ormeizinda Ramos Loureiro, nº 180  
**BAIRRO:** Caramuru  
**MUNICÍPIO:** Aramaré-RS  
**FONE:** (51) 3676-1211

### II – EMPREENDIMENTO:

**ATIVIDADE: CODRAM: 3457,00** – Implantação de Infraestrututra Urbana com Instalação de Rede da Microdrenagem Pluvial.

**Obra relativa:** Instalação de rede da microdrenagem para captar águas das chuvas no trecho das Rua Olavo Bilac, Rua Gustavo Emilio Xavier e Rua Palmor Almeida, Memorial Descritivo e Projeto Executivo, na extensão de 700,42m.

**LOCAL DA OBRA:** Rua Olavo Bilac, Rua Gustavo Emilio Xavier e Rua Palmor Almeida

**CODRAM: 3457,00** – Infraestrutura urbana

**PORTE:** PEQUENO

**POTENCIAL POLUIDOR:** BAIXO

**ATIVIDADE DE IMPACTO LOCAL:** Resolução do CONSEMA 372/2018

**EXTENSÃO TOTAL:** 700,42m

**Início Montante:** Coordenadas Geográficas: Lat -30,912436° / Long -51,510804° - Sentido Sul/Norte

**Final Jusante:** Coordenadas Geográficas: Lat -30,909599° / Long -51,504766° - Exutório



**RESPONSÁVEL PELO PROJETO: SETOR DE ENGENHARIA MUNICÍPIO ARAMBARÉ/RS**

**III – JUSTIFICATIVA:**

Segundo o Parecer Técnico N° 2025/2025, pela análise do projeto executivo e observados os detalhamentos e o local de lançamento das águas drenadas, não há objeção para a instalação da rede da microdrenagem pluvial a ser instalada nas vias projetadas. O mesmo, ressalta que considerando a necessidade de infraestrutura, a rede traz melhorias estruturais à cidade, adotando o princípio da precaução, segurança a vida, proteção ao patrimônio público, conservação e manutenção de obras de arte. A adoção de medidas mitigatórias é necessária e estas devem ser adotadas pela necessidade de prevenção às obras existentes. Assim, a implantação da rede **mitigará efeitos destrutivos de acumulação das águas de chuvas.**

**IV – CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:**

- 1 - As Obras de Instalação de rede da microdrenagem para captar águas das chuvas no trecho da Rua Olavo Bilac, Rua Gustavo Emilio Xavier e Rua Palmor Almeida, com Memorial Descritivo e Projeto Executivo, na extensão de 700,42m, para o escoamento das águas da chuva, que serão captadas pelas Caixas Coletoras desta para a Tubulação, descrita e dimensionada para a drenagem pluvial, com exutório para a microbacia do Arroio Velhaco, Arambaré-RS;
- 2 - As obras devem ser executadas obedecendo o sistema de escoamento existente, e de acordo com o trend topográfico, visando as declividades projetadas;
- 3 - No caso de geração de excedentes de Material Mineral Classe II B, e Classe III, os mesmos poderão ser dispostos em outras estruturas do município, para serem utilizados em obras civis de interesse público, assim como na recuperação de áreas degradadas;
- 4 - Não é permitida a comercialização do material mineral removido, sendo que, no caso de geração, o mesmo deverá ser doado ou utilizado em obras públicas de interesse social, conforme prevê o §1º do artigo 3º do Decreto Lei Federal 227 de 28 de fevereiro de 1967, Código de Mineração;
- 5 - Os executores devem demarcar as áreas em que ocorrerão as intervenções, instalação da tubulação, estaqueamento da obra, com marcos visíveis, com indicação da poligonal, de responsabilidade da Secretaria do Planejamento com a emissão de ART, de execução durante a vigência desta autorização;
- 6 - Fica autorizado, caso necessário a intervenção sobre vegetação nativa arbustiva ou exótica no trecho de 700,42m, para onde serão instaladas as caixas coletoras do pluvial (PVs). Caso ocorra a necessidade de exemplares arbóreos com DAP superior a 0,15m, altura do fuste 1,70 m e copa superior a 3,0 metros, deverá ser emitido do alvará florestal correspondente, para o manejo ou supressão pelo órgão municipal florestal;
- 7- As intervenções sobre arbóreos nativos, de qualquer espécie, para a obra em questão, estão condicionadas à respectiva AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, emitida pela Sec. de Meio Ambiente;
- 8- Todo o resíduo sólido gerado na operação da atividade deverá ser recolhido diariamente, no final do expediente de trabalho e destinado, de acordo com a tipologia, em local devidamente licenciado, conforme a Lei Estadual 9.921/93 e Decreto Estadual nº 38.356/98;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARAMBARÉ**  
**Divisão de Fiscalização e Licenciamento Ambiental - DFLA**  
**Fone/fax (51) 3676.2521 - Ramal 228**



**9-** Todo e qualquer resíduo da construção civil (terra/areia/pedras ou resíduos sólidos de RCC/ou domésticos), gerados nas ações de limpeza nos trechos em que ocorrerão a intervenção, devem ser classificados, segregados e destinados, de acordo com a Resolução nº 307/2002, 348/2004 e 448/2008;

**10 -** Não será permitida a queima de resíduos de qualquer natureza no local;

**11-** O Município que deverá ser o executor e implantar o PGRS do Município, para os resíduos gerados conforme Resolução nº 307/2002, 348/2004 e 448/2008;

**12 -** Todas as pessoas encarregadas da manutenção ou operação devem utilizar equipamentos de proteção individual (EPI), de acordo com as normas regulamentares do Ministério do Trabalho, principalmente, onde são utilizados equipamentos e utensílios com risco de acidentes;

**13-** É de responsabilidade do município a fiscalização das obras de execução da Macro-drenagem pluvial, observando o cumprimento das normas e procedimentos constantes nos planos e projetos apresentados e aprovados, bem como as condicionantes impostas por esta Autorização Geral;

**14-** Os executores devem manter em funcionamento sanitário químico ou instalação provida de fossa séptica e sumidouro, que atenda as necessidades dos funcionários na operação das atividades;

**15-** Não será admitida a presença de menores de 18 anos no local de trabalho;

**16-** Se forem utilizados outros materiais para a execução da obras, que não forem extraídos do próprio local, estes devem ter origem autorizada ou licenciada junto ao órgão ambiental competente;

**17-** A obra de execução deve ser acompanhada pelo responsável técnico devidamente habilitado para a execução com ART (anotação de responsabilidade técnica);

**18-** O local das obras deverá possuir sinalização luminosa, indicando o fluxo de tráfego e os riscos;

**19-** É proibida a manutenção de equipamentos, sem o devido controle contra possíveis derrames de óleos, combustíveis, bem como o descarte de estopas, vasilhames e graxas nos locais de instalação e operação da obra;

**20-** Deverão ser adotados sistemas de proteção ambiental, para evitar a dispersão ou derramamento dos materiais utilizados, evitando assim a contaminação do solo e das águas superficiais e/ou subterrâneas;

**21-** As operações não poderão trazer transtornos à população do entorno e devem ser observadas as normas de segurança;

**22-** Deverá o responsável técnico acompanhar as obras, bem como emitir relatório ao final da execução da atividade, contemplando todas as etapas;

**23 -** Todos os operadores deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI);

**24-** Os materiais que sobrarem ao final da obra deverão ser dispostos em local adequado e licenciado pelo Órgão Ambiental competente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ARAMBARÉ  
Divisão de Fiscalização e Licenciamento Ambiental - DFLA  
Fone/fax (51) 3676.2521 - Ramal 228



25- O Município DEVERÁ dar publicidade a este documento, devendo informar o nº deste documento, prazo de validade e nome do órgão emissor, conforme padrões estabelecidos pelo órgão ambiental do Município.

26- Os materiais deverão ser classificados e dispostos e dispersados em camadas laminares até atingirem a cota altimétrica desejada;

27- Não poderá ser removido material do terreno para outras estruturas sem a prévia autorização do órgão ambiental do Município de Arambaré;

28- Quanto a validade da AUTORIZAÇÃO:

A autorização será válida pelo período de 12(doze) meses, após a emissão do documento autoriza a obra.

Maria U. Ferreira Antunes  
Licenciadora Ambiental  
Matrícula nº 2278-0

**Maria Ubaldina F. Antunes**  
Licenciadora Ambiental  
CREA-RS 068542  
Prefeitura Municipal de Arambaré - RS

Iago Kielermann  
Prefeito Municipal

**Iago Kielermann**  
Prefeito  
Município de Arambaré - RS

**PARECERISTAS:**

Gaia Sul Ambiental – CREA-161.135

ART

Heloisa Maria Luciano –Bióloga – CRBio nº 17.13703 – ART nº 2023/10600.

Fernando Artur Ebling – Engenheiro Civil – CREA/RS: 217481

Arambaré, 06 de setembro de 2025.